

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2017 - PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIO

Suzana Fernandes da Costa
formacao@sfcadvogados.com.pt

05/12/2016

POE 2017

Proposta de Orçamento de Estado para 2017

Alterações previstas à LGT, CPPT e RGIT:

- 46.º, 52.º, 63.º-D e 68.º da Lei Geral Tributária
- 198.º CPPT
- 119.º e 120.º RGIT

Aditamentos:

183.º-B CPPT



SFC ADVOCADOS
Sociedade de Advogados, RL

POE 2017

Proposta de Orçamento de Estado para 2017 -
LGT

Art.º 46.º

1. O prazo de caducidade suspende-se com a notificação ao contribuinte, nos termos legais, da ordem de serviço ou despacho no início da ação de inspeção externa, cessando, no entanto, esse efeito, contando-se o prazo desde o seu início, caso a duração da inspeção externa tenha ultrapassado o prazo de seis meses após a notificação, **acrescido do período em que esteja suspenso o prazo para a**

SFC ADVOGADOS
Sociedade de Advogados, RL

POE 2017

Proposta de Orçamento de Estado para 2017 -
LGT

Art.º 52.º

4. A administração tributária pode, a requerimento do executado, isentá-lo da prestação de garantia nos casos de a sua prestação lhe causar prejuízo irreparável ou manifesta falta de meios económicos revelada pela insuficiência de bens penhoráveis para o pagamento da dívida exequenda e **acrescido, desde que não existam fortes indícios de que a insuficiência ou inexistência de bens se deveu a atuação dolosa do interessado.**

SFC ADVOGADOS
Sociedade de Advogados, RL

POE 2017

Proposta de Orçamento de Estado para 2017 - LGT

Art.º 52.º

Dizia:

desde que em qualquer dos casos a insuficiência ou inexistência de bens não seja da responsabilidade do executado.

Redação era mais vaga! Afastamento da dispensa de garantia é agora mais exigente

VER TAMBÉM 198.º CPPT E PERES



SFC ADVOGADOS
Sociedade de Advogados, RL

POE 2017

Proposta de Orçamento de Estado para 2017 - LGT

Art.º 63-D

5 - São, igualmente, considerados países, territórios ou regiões com regime claramente mais favorável aqueles que, ainda que não constem da lista referida no n.º 1 deste artigo, não disponham de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC ou, existindo, a taxa aplicável seja inferior a 60 % da taxa de imposto prevista no n.º 1 do artigo 87.º do



SFC ADVOGADOS
Sociedade de Advogados, RL

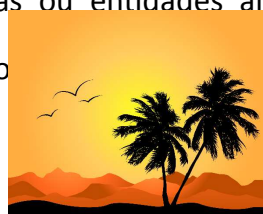
POE 2017

SFC ADVOCADOS
Sociedade de Advogados, RL

Proposta de Orçamento de Estado para 2017 - LGT

Art.º 63-D

- Os códigos e leis tributárias o refiram expressamente;
- Existam relações especiais, nos termos do n.º 4 do artigo 63.º do Código do IRC, entre pessoas ou entidades aí residentes e residentes em território po



POE 2017

SFC ADVOCADOS
Sociedade de Advogados, RL

Proposta de Orçamento de Estado para 2017 - LGT

Art.º 63-D.º

6- O disposto no n.º 5 não é aplicável quando os países, territórios ou regiões correspondam a Estado membro da União Europeia ou a Estado membro do Espaço Económico Europeu, neste último caso desde que esse Estado esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia.

POE 2017

SFC ADVOGADOS
Sociedade de Advogados, RL

Proposta de Orçamento de Estado para 2017 - LGT

Artigo 68.º

2- Mediante solicitação justificada do requerente, a informação vinculativa pode ser prestada com carácter de urgência, no prazo de **75 dias**, desde que o pedido seja acompanhado de uma proposta de enquadramento tributário.

Era 90!



POE 2017

SFC ADVOGADOS
Sociedade de Advogados, RL

Proposta de Orçamento de Estado para 2017 - CPPT

Artigo 198.º, N.º 5:

É dispensada a prestação de garantia quando, à data do pedido, o devedor tenha dívidas fiscais, legalmente não suspensas, de valor inferior a **€ 5000 para pessoas singulares**, ou **€ 10 000 para pessoas coletivas**.

POE 2017

Proposta de Orçamento de Estado para 2017 - CPPT

«Artigo 183.º-B (NOVO)

Caducidade da garantia por decisão em 1.ª instância

1. A garantia prestada para suspender o processo de execução fiscal caduca se na ação de impugnação judicial ou de oposição o garantido obtiver decisão integralmente favorável em 1.ª instância.
2. O cancelamento da garantia cabe ao órgão de execução fiscal, oficiosamente, no prazo de 45 dias após a notificação da decisão a que se refere o número anterior.»



SFC ADVOGADOS
Sociedade de Advogados, RL

POE 2017

Proposta de Orçamento de Estado para 2017 - CPPT

Disposição transitória no âmbito do Código de Procedimento e de Processo Tributário

No caso de **sentenças proferidas até 31 de dezembro de 2016**, o prazo a que se refere o n.º 2 do artigo 183.º-B do CPPT é de 120 dias.



SFC ADVOGADOS
Sociedade de Advogados, RL

POE 2017

Proposta de Orçamento de Estado para 2017 - RGIT



SFC ADVOGADOS
Sociedade de Advogados, RL

119.º

5- (NOVO) As omissões ou inexatidões relativas à situação tributária nas declarações a que se refere os n.ºs 2 e 3 do artigo 58.º-A do Código do IRS são punidas nos termos do n.º 1 do artigo 117.º - **coima de (euro) 150 a (euro).**

6- (NOVO) Não é aplicada a coima prevista no número anterior se estiver regularizada a falta cometida e a mesma revelar um diminuto grau de culpa, o que se considera verificado **quando as inexatidões se referam ao montante de rendimentos comunicados**

POE 2017

Proposta de Orçamento de Estado para 2017 - RGIT



SFC ADVOGADOS
Sociedade de Advogados, RL

Artigo 120.º

A inexistência de contabilidade organizada ou de livros de escrituração e do modelo de exportação de ficheiros, obrigatórios por força da lei, bem como de registos e documentos com eles relacionados, qualquer que seja a respetiva natureza é punível com coima entre € 225 e € 22 500.

Lei dizia:

“a inexistência de livros de contabilidade escrituração” (...) bem como de livros, re documentos com eles relacionados”



Suzana Fernandes da Costa
Doutora em Direito Financeiro e Tributário
Advogada Especialista em Direito Fiscal
suzana.costa@sfcadvogados.com.pt
Facebook: SFC ADVOGADOS

Suzana Fernandes da Costa